

GABRIEL HABIB

**O DIREITO PENAL DO
INIMIGO E A LEI DE
CRIMES HEDIONDOS**



Niterói, RJ
2016



© 2016, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

CONSELHO EDITORIAL:

ANA PAULA CALDEIRA • BENJAMIN CESAR DE AZEVEDO COSTA
ED LUIZ FERRARI • EUGÊNIO ROSA DE ARAÚJO • FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM
FERNANDA PONTES PIMENTEL • IZEQUIAS ESTEVAM DOS SANTOS
MARCELO LEONARDO TAVARES • RENATO MONTEIRO DE AQUINO
ROGÉRIO GRECO • WILLIAM DOUGLAS

Editoração Eletrônica: Editora Impetus Ltda.

Capa: Claudio Duque

Revisão de Português: C&C Criações e Textos Ltda.

Impressão e encadernação: Gráfica e Editora Vozes Ltda.

H116d

Habib, Gabriel

O direito penal do inimigo e a lei de crimes hediondos / Gabriel Habib.
– Niterói, RJ : Impetus, 2016.

104 p. ; 16 X 23cm.

ISBN 978-85-7626-868-0

1. Direito penal – Filosofia. 2. Crime hediondo – Brasil. 3. Brasil.
Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. I. Título.

CDD- 345.81

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/98) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

A **Editora Impetus** informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, a originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

1051510

SUMÁRIO

Capítulo 1 – O Panorama do Direito Penal do Inimigo.....	1
1.1. A Concepção de Jakobs sobre a Finalidade do Direito Penal.....	1
1.2. O Fundamento e a Caracterização do Direito Penal do Inimigo	4
1.3. Medidas Excepcionais/Extraordinárias como Expressão de um Direito Penal do Inimigo.....	14
 Capítulo 2 – Medidas Excepcionais/Extraordinárias Previstas na Lei dos Crimes Hediondos	 19
2.1. A origem da Lei de Crimes Hediondos.....	19
2.2. O Rol dos Crimes Hediondos e a Equiparação (Terrorismo, Tráfico de Drogas e Tortura).....	21
2.3. A Vedação da Concessão da Anistia, da Graça e do Indulto	24
2.4. A Imposição Inicial do Regime Integralmente Fechado de Pena Privativa de Liberdade e as suas Consequências	25
2.4.1. A progressão de regimes.....	26
2.4.2. A impossibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.....	27
2.4.3. A impossibilidade concessão da suspensão condicional da execução da pena	28
2.5. A agravação das penas de alguns crimes	28
2.6. Aumento do prazo para a obtenção do livramento condicional e a sua proibição no caso de reincidência específica.....	29
2.7. A vedação inicial da fiança e da liberdade provisória	30
2.8. A permissão do apelo em liberdade, desde que o juiz fundamente	32
2.9. O aumento do prazo da prisão temporária.....	33
 Capítulo 3 – A Conformação Constitucional das Medidas Excepcionais/ Extraordinárias pelo Supremo Tribunal Federal.....	 43
3.1. Uma Parcial Conformação Constitucional.....	43
3.2. A Declaração de <i>Inconstitucionalidade</i> do Regime Integralmente Fechado em Face do Princípio Constitucional da Individualização da Pena.....	43
3.2.1. As consequências ao nível da progressão de regimes.....	57
3.2.2. As consequências ao nível da impossibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.....	58

3.2.3. As consequências ao nível da impossibilidade de concessão da suspensão condicional da execução da pena.....	64
3.2.4. A alteração legislativa superveniente como fator de conformação constitucional e uma ainda possível inconstitucionalidade.....	64
Conclusões	71
Bibliografia	73